



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

Aos 09 dias do mês de outubro de 2018, pelas 09:30 horas, a Comissão de Saúde, continuou a visita a Beja, com a presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, e a seguinte Ordem do Dia:

09:30 - 11:00 - Reunião com as Comissões técnicas - Comissão de Farmácia e Terapêutica, Comissão do Bloco Operatório e Equipa de Gestão de Altas (HJJF);

11:00 - 12:00 - Reunião com Sindicato dos Médicos da Zona Sul, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato Trabalhadores da Função Pública - Beja e Delegação do Alentejo da Ordem dos Médicos (HJJF);

12:00 - 13:30 - Reunião com Administração Regional de Saúde do Alentejo, (HJJF);

13:30 - 14:30 - Almoço, Refeitório do HJJF (Beja)

14:30 - 15:45 - Reunião com o Conselho Clínico e da Saúde do Departamento dos Cuidados de Saúde Primários da ULSBA (ULSBA, Beja);

16:00 - 17:30 - Reunião com o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (ULSBA, Beja);

17:30 - Partida para Lisboa

09:30 - 11:00 - Reunião com as Comissões técnicas - Comissão de Farmácia e Terapêutica, Comissão do Bloco Operatório e Equipa de Gestão de Altas (HJJF)

O Presidente da Comissão de Saúde agradeceu a todos a participação nesta reunião, dando de imediato a palavra aos profissionais presentes.

Cristina Ferro, da Comissão de Farmácia e Terapêutica, começou por referir que os restantes elementos da equipa estão a realizar tarefas inadiáveis, pelo que não podem estar presentes. Abordou a questão do modo de financiamento dos hospitais, que na ULSBA é feito por cabeça, mas em Lisboa são financiados por produtividade e aqui existem os mesmos tipos de doenças. Deu ênfase à escassez de humanos, não tendo havido contratação de profissionais com a introdução das 35 horas, referiu que há necessidade de investir em grandes equipamentos, como ventiladores e de imagiologia. As condições do hospital não são as melhores, nomeadamente no bloco operatório, faltando salas auxiliares e espaço para armazenamento. Informou que o HJJF colabora com os Hospitais de Faro e de Évora recebendo doentes para cirurgia



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

e que os utentes de Beja só podem contar com o HJJF, porque não há resposta privada. Acrescentou que fazem a consulta da dor.

João Nunes Marques, Diretor do Bloco Operatório, referiu que boa parte da produtividade de um hospital tem a ver com o desempenho do bloco operatório, que no HJJF funciona 24 horas por dia, informando que quando necessitam do serviço de imagiologia, recorrem a Évora. Deu conta de que a cirurgia convencional e a cirurgia de ambulatório não devem funcionar na mesma sala, que há cancelamento de cirurgias por falta de cirurgiões e de anestesistas, que não há pessoal suficiente para assegurar o funcionamento das cinco salas do bloco operatório, que as instalações são diminutas e o equipamento está obsoleto, mas estão a decorrer concursos para substituir os equipamentos. Acrescentou que faltam assistentes operacionais, sem os quais o bloco operatório não funciona.

Maria José, Enfermeira da Equipa da Gestão de Altas, disse que as altas estão a ser processadas de acordo com a lei e que há falta de um médico a tempo inteiro para fazer essa gestão. Admitiu que a falta de pessoal se faz sentir no planeamento das altas, chegando os doentes a aguardar dois e três meses por uma vaga nos cuidados continuados, devendo a segurança social agilizar os processos e disponibilizar as camas necessárias.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados:

A Deputada Nilza de Sena deu nota do envelhecimento da população do Distrito de Beja, que diminuiu 40% em 40 anos, continuando o declínio a acentuar-se. Tem dúvidas sobre o financiamento existente, porque o que está associado ao conceito de Unidade Local de Saúde é por cabeça e a população de Beja está envelhecida e é diminuta.

O Deputado António Sales fez notar que os problemas apresentados são transversais a outras zonas do país. Informou que os modelos de financiamento irão ser discutidos na AR brevemente. Perguntou se existe inovação terapêutica em Beja e se existe desperdício de medicamentos, qual a razão que impede a melhoria das listas de espera e se há camas disponíveis para a gestão de altas, designadamente camas destinadas a cuidados paliativos.

O Deputado João Dias disse que as queixas ouvidas são semelhantes às do dia anterior, e as respostas em saúde não são piores devido ao empenhamento dos profissionais. É preciso lutar pela saúde no Alentejo e dar condições de trabalho,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

dotando os serviços de meios humanos e materiais suficientes. Entende que é urgente construir a 2.ª fase do HJJF para dar condições, por exemplo, ao Serviço de Pediatria para voltar a ter acreditação. Perguntou se existe um plano de investimentos e se existem horas em bolsa.

António Costa, da Comissão do Bloco Operatório, esclareceu que o planeamento das compras é de cinco a dez anos, mas o problema está em ir adiando esse plano. O enfermeiro do bloco operatório também presente acrescentou que os feriados não estão a ser compensados e que as horas acumuladas chegam às 350.

Os responsáveis pela Comissão de Farmácia e Terapêutica, do Bloco Operatório e Equipa de Gestão de Altas prestaram esclarecimentos adicionais, respondendo aos Deputados.

O Presidente agradeceu a presença de todos bem como as informações prestadas. A disponibilidade dos profissionais é enorme porque «*vestem a camisola do interior do país*» e os Deputados ajudarão no que puderem, «*despindo as suas camisolas*».

11:00 - 12.00 - Reunião com Sindicato dos Médicos da Zona Sul, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato Trabalhadores da Função Pública - Beja e Delegação do Alentejo da Ordem dos Médicos (HJJF)

O representante da Sub-região de Beja da Ordem dos Médicos, Pedro Vasconcelos, disse que o que o preocupa sobremaneira é a dificuldade em fixar profissionais, o que passa por uma série de vetores, aos quais o poder político não dá a devida atenção, continuando a ignorar a realidade. Disse que o enorme investimento a ser feito em Évora vai «secar» o investimento no Alentejo, considerando que não podem deixar de ser atendidas as necessidades de Beja, Portalegre e Litoral Alentejano. Para colmatar a falta de profissionais e captar recursos humanos devem ser dados incentivos, que não têm de ser só económicos. Também há que dar atenção ao aeroporto de Beja que poderia ser complementar ao de Lisboa e até ao de Faro.

O coordenador regional do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), Edgar Santos, distribuiu uma cópia do pedido que fez aos Deputados eleitos por Beja, Portalegre e Évora, no qual foram elencadas as carências para que, com urgência, fosse colmatada a falta de enfermeiros, enfatizando que onde há um enfermeiro devia haver dois, para assim melhorar a qualidade da enfermagem. O HJJF não está a pagar as horas de qualidade de acordo com a lei e os enfermeiros não querem ficar



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

nessas condições, passando-se o mesmo com os assistentes operacionais. Subscreeveu as palavras do orador anterior.

O representante do Sindicato da Função Pública, Ricardo Santos, agradeceu o convite para dar conta da situação dos profissionais da saúde. Disse que o seu setor enforma de notória falta de pessoal, compreendendo que os assistentes operacionais não são a profissão principal, mas são indispensáveis às outras profissões. Não existe qualquer atratividade para trabalhar no hospital pelo que terá de se alterar a estratégia e motivar todos os profissionais.

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul não compareceu.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados:

A Deputada Nilza de Sena agradeceu as informações. Como Deputada pelo Distrito tem acompanhado o tema, embora não seja especialista. Considera que as acessibilidades são um problema na região, não só para a fixação de pessoas, mas também para o seu desenvolvimento, lembrando que depois de tantos milhões investidos no Alqueva, não se percebe que não se desenvolva toda esta área. Frisou que o hospital não deve perder valências e que está preocupada com a distribuição do investimento previsto para o Alentejo, porque a maior parte é destinado ao Hospital de Évora, ficando os Hospitais de Beja e do Litoral Alentejano com uma ínfima parte.

O Deputado Pedro do Carmo fez notar que o problema da região não tem a ver só com as acessibilidades, também é estrutural, faltam pessoas, e o Hospital de Beja, em conjunto com o do Litoral Alentejano, deve delinear uma estratégia para ter escala, definindo as especialidades que terão de ficar em Beja. Destacou que há um conjunto de problemas associados que falham, como a conclusão da auto-estrada e a ligação ferroviária a Beja.

O Deputado João Dias disse que não há Portugal sem Alentejo, que ocupa cerca de um terço da área nacional. Em seu entender o que resulta desta visita é a qualidade dos profissionais, e o seu desenvolvimento profissional é importante, mas não existe. Afirmou que tem de haver uma visão integrada da saúde, mas o que nota é que são anos e anos de desinvestimento, que os profissionais estão alarmados com o futuro e a resposta da saúde é afetada pelo encerramento ou falha de outros equipamentos, que falta idoneidade formativa em serviços fulcrais e os profissionais mais velhos vão reformar-se. Poderia ter havido candidatura às verbas comunitárias no âmbito do quadro 20-20, mas isso não aconteceu. Tem preocupação sobre faltarem assistentes



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.º SL

operacionais. Estes são mal pagos, têm pouco poder reivindicativo e são pouco defendidos, recordando que o suplemento remuneratório dos enfermeiros não é igual para todos.

Foram prestados esclarecimentos por Pedro Vasconcelos, que frisou que há uma estratégia local para a saúde, mas que devia ser regional. Disse que a incapacidade formativa se deve à falta de instalações, de equipamentos e de profissionais suficientes e que a aposta na saúde passa pela prevenção e deve começar nos Cuidados de Saúde Primários, visão essa que não existe.

A médica da OM presente salientou que a preocupa a falta de 70 médicos nas várias especialidades, no entanto a ULSBA está a gastar verbas exorbitantes em contratualizações externas com médicos tarefeiros, o que daria para contratar aqueles médicos e integrá-los no hospital.

Outro elemento da OM acrescentou que o hospital precisa de tecnologia de ponta para responder às necessidades da população.

Ricardo Santos salientou que a questão da formação deve estar presente, quando se contratam assistentes operacionais, porque é preciso prepará-lo para os vários trabalhos, designadamente o trabalho noturno.

O Presidente salientou que esta visita ao Alentejo teve o intuito de saber o que existe e o que falta fazer no Distrito de Beja na área da saúde. Agradeceu a presença de todos e as informações prestadas, que permitem assim ter maior consciência dos problemas e das situações. Disse que podiam contar com a Comissão de Saúde.

12:00 - 13:30 - Reunião com Administração Regional de Saúde do Alentejo, (HJJF)

O Dr. José Alberto Noronha Marques Robalo, Presidente da Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARS), que esteve acompanhado pela vogal Dr.ª. Paula Alexandre Ribeiro Marques, disse ser com muito gosto que reúne com os Deputados da Comissão de Saúde. Começou por referir que existem no Alentejo três ULS, a do Baixo Alentejo (Beja), a do Norte Alentejo (Portalegre) e a do Litoral Alentejano (Santiago do Cacém). Descreveu o que se está a fazer e os resultados obtidos, abordando a questão da falta de profissionais, que é principalmente sentida nas urgências, que recorre a médicos pouco diferenciados, sendo os assistentes técnicos e os operacionais os mais difíceis de contratualizar. Disse que em Beja existem três



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

mil utentes sem médico de família e que não foi encerrada qualquer extensão de saúde desde 2011.

Para agradecer as informações, comentar os dados e colocar questões intervieram os Deputados Ricardo Baptista Leite, que pretende saber qual é a estratégia seguida pelo HJJF face aos outros hospitais e qual o tipo de investimento que daí advém, para quando está prevista a construção da 2.ª fase do hospital e se haverá fusão deste hospital com o do litoral alentejano. Pretende ainda saber se pode diminuir o tempo da emergência pré-hospitalar e quais as orientações do Ministério da Saúde para a fixação dos profissionais e se a introdução das 35 horas foi colmatada com a entrada de profissionais suficientes; Pedro do Carmo, que perguntou se o HJJF poderá perder valências, se voltará a ter idoneidade formativa nas áreas onde ela já existiu, qual é a articulação prevista entre os Hospitais de Beja e do Litoral Alentejano e qual a resposta dos cuidados continuados. Perguntou ainda se a SUB de Castro Verde origina menos idas ao hospital de Beja e como se pode ultrapassar a dificuldade em contratar assistentes operacionais; João Dias, que disse que gostaria de saber se há o risco do Hospital de Évora, secar o investimento em Beja e em Portalegre. O discurso da ARS não condiz com as informações ouvidas no dia anterior, nomeadamente que haverá serviços que vão fechar por falta de médicos e que houve perda de idoneidade formativa, dando nota do encerramento de algumas extensões de saúde. Registou que a população emigrante está a consumir recursos, que nas necessidades de saúde não estão a ser contemplados.

O Presidente da ARS respondeu às questões colocadas, assinalando que o Hospital de Beja pode deixar de transferir doentes para Lisboa, porque o Hospital do Litoral Alentejano tem ótimas condições, exceto na urgência. Tem reunido com os diretores de serviço do HJJF pedindo que apresentem as suas reivindicações para as levar ao Ministro. No que se refere ao Hospital de Évora, que serve 160 mil habitantes, os 40 milhões oriundos do quadro 20-20, a que acrescem os 50 milhões da componente nacional, não chegam para a construção do Hospital, pelo que o Conselho de Ministros terá de definir como vai ser financiada a totalidade da construção. Prestou ainda esclarecimentos sobre o funcionamento dos CRIS's e sobre a emergência hospitalar, e, não sendo esta da competência da ARS, mas do INEM e terminou referindo que tem contado com a colaboração das autarquias na questão da fixação de profissionais. Informou que o CS da Vidigueira já tem financiamento e que o CS de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

Ourique está à espera da abertura do concurso, que a população sazonal é muito volátil e raramente recorre aos serviços de saúde. Acrescentou que não houve encerramento de qualquer extensão de saúde, pode ter havido alguma suspensão pontual por falta de condições. Explicou o processo de financiamento da ULSBA.

14:30 - 15:45 - Reunião com o Conselho Clínico e da Saúde do Departamento dos Cuidados de Saúde Primários da ULSBA (ULSBA, Beja)

O Presidente do Conselho Clínico e da Saúde do Departamento dos CSP da ULSBA, João Pina Manique, depois de agradecer a visita da Comissão de Saúde, falou da preocupação relacionada com a falta de médicos de medicina geral e familiar, referindo que, se cada um deles tivesse uma lista de 1900 utentes, seriam precisos 70 médicos, mas existem no quadro apenas 61 e dois deles com redução de horário, prevendo-se que nove se aposentem em 2019. O enfermeiro Catarino falou dos planos de saúde, especialmente do plano estratégico para os cuidados primários e dos constrangimentos no sistema informático, que não responde às necessidades.

Os Deputados questionaram o Conselho Clínico sobre as preocupações já manifestadas anteriormente, sobre como se pode colmatar a falta de profissionais nas várias categorias e sobre o encerramento de algumas extensões.

Para comentar e pedir esclarecimentos usaram da palavra os Deputados Ricardo Baptista Leite, que disse que a nível nacional os vários indicadores têm piorado, e no Alentejo há uma ausência absoluta de estratégia, não se tomando decisões. Perguntou quais são as garantias de que o plano estratégico seja implementado, enfatizando que, quando fala da parte negativa, não olvida a parte positiva, pretende é que se encontrem soluções para os problemas; João Marques, que aludiu às dificuldades previstas no curto prazo, tendo em conta os números apresentados, dizendo que se deve ter uma visão de futuro e procurar soluções. Colocou questões sobre a taxa de colocação efetiva dos profissionais formados internamente e a capacidade formativa; António Sales, que completou a informação do colega, clarificando que o planeamento em saúde deve ser adaptado no tempo; João Dias, que disse que o que ressalta das reuniões é que uma coisa são as intenções, outra é o que acontece no terreno e os CSP mostram-no. Todos são unânimes quanto à falta de pessoal, mas o Presidente da ARS não pareceu preocupado, o que o deixou preocupado. Disse que a saúde é estruturante para a fixação das pessoas, fazendo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

sentido ter um plano estratégico. Sabe-se que são precisos mais 34 enfermeiros por via da aplicação das 35 horas e que há necessidade de reforçar as equipas de cuidados continuados e de estendê-las a todos os concelhos. Sustentou que os resultados positivos superam os negativos, pretendendo-se identificar as lacunas para as corrigir.

Na resposta foi referido que as extensões dos CS não têm sido formalmente encerradas, são apenas situações provisórias, e que foram criadas cinco unidades de cuidados continuados, devendo ser criadas até ao final do ano as da Vidigueira, Moura e Castro Verde.

16:00 - 17:30 - Reunião com o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (ULSBA, Beja)

O Presidente da Comissão de Saúde disse que a visita consta do Plano de Atividades da Comissão, que está aqui para conhecer a realidade da saúde no Distrito.

A Presidente do Conselho de Administração da ULSBA, Maria da Conceição Margalha, informou que o CA iniciou funções em abril. Apresentou dados sobre o desempenho dos CSH e dos CSP, mencionando que a construção dos Centros de Saúde da Vidigueira e de Ourique é feita através da candidatura ao quadro 20-20. Falou das obras necessárias no hospital, designadamente quanto à climatização e à urgência pediátrica, da requalificação da cardiologia e da aquisição de equipamentos em curso. Disse que existe um novo projeto para a 2.ª fase do HJJF, que implica um grande investimento e não há candidatura nem financiamento garantido, mas a sua construção traria ótimas condições de saúde à região. Indicou que o financiamento é por capitação, mas é insuficiente. Há um défice crónico de financiamento, nomeadamente dos medicamentos, embora tenha havido reforço para pagar dívidas em atraso. Informou que os cuidados domiciliários gastam muitos recursos, tanto em deslocação como em tempo, mas este CA está a olhar para as dificuldades e a lançar projetos. O Enfermeiro Diretor da ULSBA, Joaquim Brissos, e o Vogal Executivo, António Sousa Duarte, complementaram a informação inicial.

O Presidente agradeceu as informações dando a palavra aos Deputados. A Deputada Nilza de Sena agradeceu o trabalho dos profissionais na pessoa da Presidente da ULSBA. Agradeceu também as informações prestadas, considerando alguns dos dados contraditórios, pelo que terá de os analisar com mais detalhe, designadamente



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

a fixação de profissionais nas várias as áreas, o n.º de cirurgias realizadas e a substituição nas baixas prolongadas. Colocou questões sobre o subfinanciamento, o balanço da emergência pré-hospitalar e o valor efetivo de investimento para contratar os médicos em falta. O Deputado Pedro do Carmo agradeceu a todos as informações e o trabalho prestado, e também o das funcionárias do apoio à Comissão de Saúde. Felicitou a ULSBA e o bom clima que aí se vive. Entende que toda a região deve reivindicar mais, perguntando o que se pode fazer para ajudar a melhorar as condições de Beja. Disse que está preocupado com os constrangimentos levantados pelo TC, julgando que deve haver uma excecionalidade para os territórios de baixa densidade populacional. O HJJF tem de continuar a apostar nas valências de que dispõe e na criação de mais centros de saúde, para substituir os antigos, porque a região ganhará com isso. O Deputado João Dias agradeceu as informações e a receção. O Alentejo é determinante para o todo nacional, mas precisa de mais investimento e a área da saúde ajudará a vencer algumas barreiras, assim como a agricultura também é decisiva para combater a realidade social. Os cuidados de saúde, muitos deles de prevenção, são importantes para a melhoria dos hábitos da vida das pessoas e têm efeito decisivo nos resultados. Os CSP são fundamentais para fazer essa promoção, assim como se devem utilizar também os cuidados continuados para esse fim, propondo mais enfermeiros para a promoção escolar. Perguntou o que se passa com o suplemento remuneratório para o trabalho realizado depois das 20 horas.

A Presidente do CA da ULSBA e o Vogal Executivo prestaram esclarecimentos adicionais, respondendo às dúvidas dos Deputados, explicando, designadamente, que a lista de espera em cirurgia se deve a problemas com a exiguidade da equipa de ortopedistas, e a maior parte dos médicos faz tudo, apesar de alguns terem mais de 60 anos e que existe a dificuldade real de contratar assistentes operacionais, essencialmente devido ao esforço físico realizado. Disse que a ULSBA tem 580 enfermeiros, que a maternidade faz cerca de 1100 partos ano e, que com todas as dificuldades existentes, o hospital responde adequadamente às populações. No que se refere aos projetos de prevenção e de promoção da saúde estão a fazer um esforço, nomeadamente na área da educação para a saúde, e foi feito um grande investimento no pé diabético. Disse estar preocupada com a situação do Centro de Saúde de Moura, que precisa de grandes obras e de adequar um anexo para a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

fisioterapia. Acrescentou que a remodelação da imagiologia do HJJF está a aguardar o visto do TC. Se lhe fosse dada a hipótese de contratar os 70 médicos de que a ULSBA precisa, seriam precisos mais 4,5 milhões de euros, ressalvando que o que se gasta com os prestadores de serviço e com as horas extraordinárias dos profissionais seria acomodável nesse valor.

O Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, a simpatia e a amabilidade com que foram recebidos, assim como a oferta do almoço nos dois dias da visita. Agradeceu também as informações e a forma clara como apresentaram os números. Disse que a Comissão de Saúde e os Deputados devem ser vistos como parceiros e congratulou-se com que o Hospital de Beja continue a ser um Hospital de referência, em quem as pessoas confiam.

A visita terminou às 20:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 outubro 2018.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 9/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
João Gouveia
João Marques
José de Matos Rosa
Luís Graça
Ricardo Baptista Leite
Jamila Madeira
João Dias
Nilza de Sena
Pedro do Carmo

